



**ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL
DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 25/11/2015**

1 CONSELHEIROS PRESENTES

2

3 Bruno Henrique Beilfuss – representante titular da Secretaria de Estado do Desenvolvimento

4 Flavio Brea Victoria – representante titular da Secretaria de Estado do Planejamento

5 Bento Garcia – representante titular da Secretaria da Agricultura

6 Luiz Carlos Rihl de Azambuja - representante titular da Secretaria de Estado da Fazenda –
7 SEF;

8 Ana Maria Mello Peixoto – representante titular das Centrais Elétricas de Santa Catarina
9 S.A. – CELESC;

10 Vanessa dos Santos – representante suplente da Companhia Catarinense de Águas e
11 Saneamento – CASAN;

12 Haroldo Tavares Elias – representante suplente da Fundação do Meio Ambiente – FATMA;

13 Rogério Bardini – representante titular da Associação Catarinense de Irrigação e Drenagem
14 – ACID;

15 Alexandre Bach Trevisan – representante titular da Associação Catarinense de Engenheiros
16 – ACE;

17 Ciro Loureiro Rocha – representante titular da Associação Brasileira de Engenharia
18 Sanitária e Ambiental – ABES;

19 Guilherme Xavier de Miranda Jr. – representante suplente da Associação Brasileira de
20 Recursos Hídricos – ABRH;

21 Héctor Raul Muñoz Espinosa– representante suplente da Associação Catarinense das
22 Fundações Educacionais – ACAFE;

23

24 OUTROS REPRESENTANTES

25 Fabio B. Pagonini – ACID;

26 Cristine D. S. Silveira – Vigilância Sanitária;

27 Cesar Augusto Seibt – SDS;

28 Gisele de Souza Mori – SDS;

29 Robson Cunha – SDS;

30 Beate Frank;

31 Eduardo Piaia – CELESC;

32 Camila de Andrade Christofoli – Secretária Executiva do CERH;

33

34 INÍCIO: 14h15min TÉRMINO: 17h40min

35

36 Às quatorze horas e quinze minutos do vigésimo sexto dia do mês de novembro de dois mil
37 e quinze, na sala de reunião da SC Parcerias, Florianópolis, reuniram-se os acima
38 nominados para discutir, conforme a ordem do dia, os seguintes assuntos:

39 **Abertura:**

- 40 • Aprovação da Ata da 39ª Reunião Ordinária do CERH;

41

42 **Deliberações sobre:**

43

- 44 • Proposta de Minuta de Resolução do Enquadramento da Bacia do Rio Itajaí
45 encaminhado pela CT Enquadramento;

46



**ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL
DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 25/11/2015**

- 47 • Aprovação do Calendário de Reuniões de 2016

48

49 **Apresentações sobre:**

- 50 • Projetos apresentados FEHIDRO no ano de 2015 até o momento;

51

52 **Informações gerais.**

53

54 Após a verificação do quórum, a Secretária Executiva do Conselho Estadual de Recursos
55 Hídricos (CERH), Camila Christofoli, e como ainda não havia, foi passada a palavra para o
56 Presidente substituto do CERH, Bruno Henrique Beilfuss, e iniciada a 40ª reunião tratando-
57 se de assuntos não deliberativos. Foi sugerido pelo Conselheiro Roberto que as reuniões
58 fossem realizadas pela manhã, pois eles estão há 230km de Florianópolis e tem interesse em
59 participar das reuniões, e foi aceito pelos demais, sendo sugerido o horário de 9 horas para
60 as reuniões do ano de 2016. Ainda sem quórum, foi iniciada a apresentação dos projetos
61 apresentados pelo FEHIDRO pelo Rui. Foi questionado pela Conselheira Vanessa o repasse
62 para a FAPESC sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Camboriú.
63 Foi então explicado pelo Conselheiro Bruno que foi mantida a qualidade dos gastos do
64 FEHIDRO, associando eles às ações previstas no Decreto, minimizando o uso dos recursos
65 para outras ações da SDS, explicou ainda que se tentou ainda ampliar o investimento direto
66 em ações da própria Secretaria, e fora esse total que foram executados por outras entidades,
67 existe ainda um montante como despesas da própria Secretaria, como com consultorias
68 técnicas, como o pessoal do SC Rural que estão dentro da Diretoria e despesas operacionais
69 de sistemas e de manutenção da própria Diretoria. Quanto ao repasse referente ao Plano
70 Estadual de Recursos Hídricos, respondeu que no início do ano, o Estado foi intimado pela
71 Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério de Meio Ambiente a concluir o Plano, sob
72 pena de seis Secretários serem autuados e penalizados com a devolução dos recursos
73 recebidos na época através de convênio com o Fundo Nacional do Meio Ambiente, o que
74 gerou uma série de demandas jurídicas no início do ano, em termos de articulação, para que
75 se adotasse uma estratégia de conclusão do Plano, e o Ministério aceitou a proposta da
76 Secretaria de que aqueles produtos, especialmente o DIAGNOSTIC e SIDEPLAN, que
77 foram desenvolvidos na época com recursos do convênio, fossem adotados e tivessem suas
78 despesas validadas pelo Ministério, com o compromisso que houvesse esse ano a
79 contratação da conclusão do Plano de Recursos Hídricos. Então efetivamente a alternativa
80 administrativa que foi tomada pela SDS foi a uma parceria coma FAPESC, foram revisados
81 os Termos de Referência e a alternativa foi a formalização de um convênio entre a
82 FAPESC, a UFSC e a SDS como interveniente para conclusão do Plano Estadual de
83 Recursos Hídricos, o recurso total está estimado em cerca de 2 milhões e 900 mil reais, com
84 previsão de 18 meses para conclusão, integrando algumas outras atividades que não só o
85 próprio plano mas também a definição de uma nova modelagem do Plano e uma avaliação
86 integrada com instrumentos de gestão de território, que se entendeu em articulação com a
87 Secretaria de Planejamento que poderia haver esta ampliação do escopo, e concluiu que
88 estamos neste momento de formalização do convênio que foi assinado pelo Governador na
89 última terça-feira. Foi questionado pelo conselheiro Héctor se foi feita licitação, e foi
90 respondido pelo conselheiro Bruno que não, pois se trata de Convênio. Foi questionado
91 então pelo conselheiro Héctor quais os critérios utilizados para escolha, pois deveria se ter
92 utilizados critérios regionais para escolha da universidade, foi então respondido pelo



**ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL
DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 25/11/2015**

93 conselheiro Bruno novamente que existem em trâmites uma proposta de executar outros
94 planos (Canoinhas, Itapocu e Antas) mas que não estão neste estágio de desenvolvimento,
95 com as respectivas universidades locais. Efetivamente a razão de estar acoplado este plano
96 no Plano Estadual com a mesma executora basicamente é ganhar escala, ou seja, ter uma
97 equipe só que pudesse trabalhar com os dois planos e a razão de que a equipe que estava
98 propondo esta metodologia e fez a proposta de construção em cima dos Termos de
99 Referência que a SDS emitiu, entendeu que poderia fazer uma proposta de trazer pra dentro
100 do Plano Estadual uma metodologia e uma articulação com as universidades, pois caso se
101 concretize esta proposta de outras universidades realizarem outros Planos de Bacias, a
102 articulação ficaria coordenada pela Universidade Federal a nível estadual, subsidiando
103 também a elaboração dos demais. Foi então questionado pelo conselheiro Ciro quem
104 elaborou o Termo de Referência e a metodologia para execução, e foi respondido pelo
105 conselheiro Bruno que foi a SDS que elaborou e já foi entregue o Termo de Referência a
106 FAPESC e o que foi proposto e vai ser executado atente integralmente o Termo de
107 Referência. Acrescentou que proposta que existe de integração com os demais planos foi
108 feita extra-plano pela universidade para fazer a articulação com os demais planos de bacias.
109 Ciro questionou ainda a experiência que a UFSC tenha em executar e elaborar planos de
110 bacias. Bruno acrescentou que pode encontrar dificuldades que demandem uma supervisão
111 e um ajuste constante, em termos de orientação e participação nesse processo, e que esta foi
112 a solução encontrada para entregar em tempo hábil a solução para este caso. Passada a
113 palavra para o conselheiro Héctor, foi questionado porque nos demais planos serão
114 contratadas universidades regionais o no Camboriú não, sugerindo que fosse elaborada uma
115 moção para ser reanalisada esta decisão, pois há uma contradição. Foi então questionado
116 pelo conselheiro Bento se a despesa nesta monta de quase 3 milhões não deveria ter sido
117 passado previamente pelo CERH. O conselheiro Bruno comunicou que no dia anterior foi
118 publicado um Decreto que regulamentou e alterou todos os Fundos Estaduais, inclusive o
119 FEHIDRO e a partir de agora todos os recursos de fundos podem pagar ativos e inativos, e
120 apesar de o FEHIDRO ter sido criado por lei, suas destinações foram regulamentadas por
121 Decreto, então a partir de agora a cobrança e a compensação financeira passa a ser só parte
122 da cobrança quando existir, e parte da compensação de financeira, como já ocorria na
123 prática, onde o Tesouro só repassa o excesso de arrecadação e o que está previsto
124 orçamentariamente, portanto é necessário um planejamento para garantir que ainda exista
125 recursos para fazer um trabalho em relação a recursos hídricos. Passada a palavra ao
126 conselheiro Guilherme, contou que foi convidado como conselheiro para participar de um
127 julgamento no Tribunal de Contas, que durante o período de 2009 a 2014 foi feita uma
128 verificação da aplicação dos recursos do FEHIDRO no que diz respeito a prevenção de
129 desastres naturais e foi decidido que algumas atividades devem ser elaboradas, e este
130 julgamento fala da elaboração dos Planos. Havendo uma preocupação do Tribunal de
131 Contas quanto a efetividade da aplicação dos recursos do FEHIDRO. Foi então respondido
132 pelo Rui, que o Tribunal de Contas preocupado com a questão de recursos Hídricos no
133 Estado de Santa Catarina, reuniu e entrevistou um grupo de técnicos da Secretaria da
134 Defesa Civil, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, da Secretaria de
135 Planejamento e da EPAGRI, então houve uma série de reuniões em relação a questão da
136 Defesa Civil e nesses entrevistas foi feita uma espécie de auditoria, e não vistoria de como
137 estava sendo gasto o recurso, e foi observado que Santa Catarina não está fazendo o que
138 deve fazer na área de gestão e gerenciamento de recursos hídricos. Passada a palavra ao



**ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL
DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 25/11/2015**

139 conselheiro Alexandre, foi questionado quantas projetos foram apresentados ao FEHIDRO
140 sem que fossem aprovados e foi respondido pelo Bruno que 4 (quatro) que não se
141 enquadravam nos critérios do FEHIDRO. Foi sugerido então pelo conselheiro Luiz Carlos
142 Azambuja que fosse aprovado pelo CERH o orçamento, priorizando algumas linhas
143 temáticas e não utilizar o FEHIDRO de acordo com a demanda. Passada então a palavra
144 para o conselheiro Bruno, ficou decidido que a Câmara Técnica de Acompanhamento do
145 Plano Estadual fosse reestabelecida, pois ela está há 8 anos parada, e que ela pudesse se
146 reunir com a equipe da SDS e da universidade para tomar conhecimento, discutir o que está
147 sendo feito e trazer ao CERH a sua opinião. Também foi sugerido pelo Bruno que fosse
148 criada uma Câmara técnica de acompanhamento do FEHIDRO, para que fizessem
149 propostas orçamentárias e delimitasse as questões que o CERH entende como prioritárias.
150 Passada a palavra ao conselheiro Héctor, foi ressaltado o desejo de protesto para separação
151 da elaboração do Plano Estadual e do Plano do Camboriú, sendo então, sugerido pelo
152 Bruno, que fosse elaborada uma moção solicitando que fosse revista a decisão. O
153 conselheiro Ciro manifestou apoio a moção, e o conselheiro Alexandre sugeriu que fosse
154 apresentada a metodologia apresentada pela universidade selecionada, o que foi respondido
155 pelo Bruno que não foi apresentada ainda porque foi concretizada na última terça-feira, não
156 havendo tempo hábil de ser apresentada ao CERH. O conselheiro Héctor insistiu que
157 solicita a revisão e que o motivo seria o respeito pela política estadual de recursos hídricos
158 que deve ser participativa, pois o Comitê não foi consultado. Foi então colocada em votação
159 pelo conselheiro Bruno a elaboração da moção, sendo aprovado por unanimidade, ficando
160 então o conselheiro Héctor de elaborar a moção e dar prazo para os conselheiros se
161 manifestarem. Foi então passada a palavra para o conselheiro Haroldo que a decisão da
162 contratação da universidade deveria ter passado anteriormente pelo CERH e ressaltou que
163 não considera que deve ser critério que a universidade local deva fazer o Plano de Bacia,
164 pois muitas não têm competência para elaboração do plano, e por isso o CERH deve ser
165 consultado previamente. O conselheiro Bruno passou para o próximo item da pauta, que
166 seria a questão do Enquadramento. Foi então contatado pela Secretária Executiva que não
167 havia quórum para deliberações. Por fim, Bruno Henrique Beilfuss agradeceu pela presença
168 e participação ativa de todos e deu por finalizada a reunião.

169

170 Florianópolis, 25 de Novembro de 2015.

171

172

173

174

Camila de Andrade Christofoli

175

Secretária Executiva do CERH

176

177

178

179

180

181

182

183

184



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH**

**ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL
DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 25/11/2015**

185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200